

DUAS CONCEPÇÕES OPOSTAS DA VIDA PÚBLICA

22 - 7 - 58

Há, neste País, duas concepções diversas, e verdadeiramente opostas, da vida pública: a normal e legítima, cujo objetivo é o bem comum, que se procura e persegue muitas vezes com sacrifício próprio; e aquela em que se visa o interesse pessoal, não compreendido no bem comum, mas, pelo contrário, a ele oposto. A atividade política torna-se, então, indústria, mas indústria criminosa e dissolvente.

Esta modalidade não tem guarida nas verdadeiras democracias. Nem estas lhe poderiam dar, sem deixar de ser democracias. O governo do povo pelo povo e para o povo seria o governo do povo por espertalhões e exploradores e para eles exercido.

Ora, ninguém pode sinceramente desconhecer que esta concepção degradada da vida pública é a que entre nós se está praticando. «O voto não enche barriga», disse uma vez o fundador do Estado Novo, para depreciar perante o povo a democracia que ele havia banido. Em verdade o voto não deve encher a barriga de ninguém; não é para isto que se exercita. Mas, se voto não enche barriga, enchem-na, e bem, as posições de governo e os cargos representativos, que com o voto se conquistam. Feitas as contas, é mediante o voto que alguns se enchem.

O mal desta perversão da vida pública é que, como todas as infecções, tende a propagar-se. A princípio são apenas alguns candidatos, que se apresentam perante o eleitorado unicamente para satisfazer as próprias ambições. Depois, o exemplo maligno vai dilatando a sua influência, pela exibição do seu sucesso. Em seguida, estende-se a perversão, dos candidatos aos partidos e destes ao próprio eleitorado. Há hoje partidos que são verdadeiras firmas comerciais, nas quais se trafica com votos e candidaturas; e existem numerosos eleitores que, ou diretamente, ou por meio de sindicatos eleitorais, vendem o seu voto.

Para avaliar a que ponto chegou o desplante, citaremos um caso. Tendo um jornalista criticado a influência do dinheiro em nossas eleições e verberado os traficantes, recebeu ele de um leitor nordestino uma carta, em que justificava a venda de votos pela má qualidade dos candidatos. Não negamos que os haja péssimos, mas, ainda que os não houvesse excelentes, dever dos cidadãos seria votar nos menos maus ou menos desonestos; ou, dado que nenhum fosse digno, votar em branco, que é uma forma de protestar. Esta reação, se bastante forte, levaria naturalmente os partidos a escolher melhor os seus candidatos. Mas vender o voto, como é corrente em muitos Estados e já se está praticando no Rio Grande para vergonha nossa, é concorrer decisivamente para a perversão da democracia. É preciso não esquecer que a responsabilidade da má escolha cabe aos partidos que os indicam e aos cidadãos que os elegem, não aos candidatos. Vender o voto, sob pretexto de que mau é o candidato, não é contradição, por significar que candidato e eleitor dignos são, um do outro. Comprador e vendedor se equiparam na mesma indignidade.

Tão grave esta sendo o fenômeno da corrupção eleitoral, que dificultose já está sendo, em muitos Estados, conseguir que cidadãos sob todos os aspectos dignos do mandato, consentam em candidatar-se: já por não disporem da soma que

agora se faz necessária para disputar a eleição, já porque não o fariam em tais condições, ainda que tivessem os recursos necessários. Os maus candidatos expulsam os bons, como acontece com a moeda. A que se reduzirá o regime representativo neste país, com mais duas eleições? Não se faz mister grande imaginação para o prever. A partir da Assembleia Constituinte, não tem deixado de baixar o nível da representação política. Neste andar, a ditadura será recebida com aplausos, esquecendo ou ignorando todos ter sido a prolongada ditadura estado-novista o principal fator da nossa decadência cívica.

É triste chegar a esta conclusão, mas ainda mais triste é ter de reconhecer que poucas são as possibilidades de sair da nefanda situação pelo meios normais. Tudo teria de ser reformado, desde as instituições aos costumes. Hércules, se o fosse, seria incapaz da tarefa. Ele limpou a estribaria de Augias, mas pouco adiantaria a remoção dos dejetos, se depois pudessem eles acumular-se de novo e, talvez, com maior rapidez. A vigente concepção da vida pública não pode levar a outro resultado. Disputam-se os cargos políticos, não para servir, mas para fazer-se servir.

Entretanto, independentemente da grande revolução que se faz necessária e há-de fazer-se um dia, se não se prevenir a tempo, alguma coisa podemos fazer desde já, nós, os rio-grandenses. Podemos e devemos votar no próximo pleito de 3 de Outubro, podemos fulminar a corrupção e a demagogia, votando nos candidatos da Frente Democrática. Se assim procedermos, daremos um grande exemplo ao resto do País e desfecharemos o impulso que há-de inverter a direção da nossa vida pública, dando-lhe por objetivo supremo e único o bem comum.